

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265
Preferenciais	461
Total	726
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	46.784	60.533
1.01	Ativo Circulante	16.135	25.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86	48
1.01.02	Aplicações Financeiras	69	3
1.01.03	Contas a Receber	6.022	6.253
1.01.03.01	Clientes	4.647	4.692
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.375	1.561
1.01.04	Estoques	8.055	17.017
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.903	1.903
1.01.08.03	Outros	1.903	1.903
1.02	Ativo Não Circulante	30.649	35.309
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.484	20.484
1.02.01.03	Contas a Receber	20.484	20.484
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.484	20.484
1.02.03	Imobilizado	10.165	14.825
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.165	14.825

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	46.784	60.533
2.01	Passivo Circulante	41.118	32.695
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.407	8.794
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.870	4.969
2.01.01.01.01	Benefícios a Funcionários a Pagar	9	20
2.01.01.01.02	Honorários dos Administradores a Pagar	706	288
2.01.01.01.03	Pensões Judiciais a Pagar	6	25
2.01.01.01.04	Rescisões Contratuais de Funcionários a Pagar	6.803	3.633
2.01.01.01.05	Salários de Funcionários a Pagar	346	1.003
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.537	3.825
2.01.01.02.01	INSS a Recolher	3.754	2.298
2.01.01.02.02	Contribuições Sindicais a Recolher	41	4
2.01.01.02.03	Depósitos do FGTS a Recolher	2.742	1.523
2.01.02	Fornecedores	9.454	7.973
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.066	7.775
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.293	3.826
2.01.02.01.02	Outros Compromissos	5.773	3.949
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	388	198
2.01.02.02.01	Fornecedores	388	198
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.287	4.049
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.392	2.237
2.01.03.01.02	Cofins a Recolher	286	172
2.01.03.01.03	IPi a Recolher	94	138
2.01.03.01.04	IRRF a Recolher	2.870	1.835
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	60	52
2.01.03.01.06	CSLL-Cofins-PIS	44	29
2.01.03.01.07	Seguridade Social Retida a Recolher	38	11
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.890	1.808
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.890	1.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5	4
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	5	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.943	9.698
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.943	9.698
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.673	9.428
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	270	270
2.01.05	Outras Obrigações	130	130
2.01.05.02	Outros	130	130
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	130	130
2.01.06	Provisões	2.897	2.051
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.897	2.051
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.897	2.051
2.02	Passivo Não Circulante	53.844	58.064
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	13.920
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	13.920
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.387	13.920
2.02.02	Outras Obrigações	50.457	44.144

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.02.02	Outros	50.457	44.144
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	28.366	23.897
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	17.025	14.210
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais	3.830	4.918
2.02.02.02.06	Outras Responsabilidades a Vencer	1.236	1.119
2.03	Patrimônio Líquido	-48.178	-30.226
2.03.01	Capital Social Realizado	23.749	23.749
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	1.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-71.927	-55.056

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.172	33.992	14.734	42.330
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	13.065	43.516	18.609	53.313
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-2.893	-9.524	-3.875	-10.983
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.803	-47.289	-17.260	-49.428
3.03	Resultado Bruto	-4.631	-13.297	-2.526	-7.098
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.166	-843	-3.508	-9.388
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.026	-2.604	-1.050	-2.900
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.140	-9.725	-2.469	-7.366
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	11.486	11	878
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.797	-14.140	-6.034	-16.486
3.06	Resultado Financeiro	-740	-3.813	-1.651	-3.290
3.06.01	Receitas Financeiras	14	120	14	162
3.06.02	Despesas Financeiras	-754	-3.933	-1.665	-3.452
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.537	-17.953	-7.685	-19.776
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.537	-17.953	-7.685	-19.776
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.537	-17.953	-7.685	-19.776
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.537	-17.953	-7.685	-19.776
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.537	-17.953	-7.685	-19.776

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.218	-2.004
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.218	-2.004
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	14.224	-70
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.903	-1.559
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	103	-3.633
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52	3.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	155	51

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-53.974	0	-30.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-53.974	0	-30.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.953	1.081	-17.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.953	1.081	-17.953
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-1.081	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-1.081	0
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-71.927	0	-48.178

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-18.503	1.081	6.327
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-18.503	1.081	6.327
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.776	0	-19.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.776	0	-19.776
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-38.279	1.081	-13.449

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	54.445	53.998
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.802	53.998
7.01.02	Outras Receitas	11.643	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.001	-43.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.001	-43.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.444	10.358
7.04	Retenções	-1.921	-1.838
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.921	-1.838
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.523	8.520
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	121	162
7.06.02	Receitas Financeiras	121	162
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.644	8.682
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.644	8.682
7.08.01	Pessoal	18.626	18.450
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.110	14.818
7.08.01.02	Benefícios	1.891	1.885
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.793	1.208
7.08.01.04	Outros	1.832	539
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.395	6.557
7.08.02.01	Federais	6.159	4.345
7.08.02.02	Estaduais	2.960	1.924
7.08.02.03	Municipais	276	288
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.576	3.451
7.08.03.01	Juros	4.323	3.142
7.08.03.02	Aluguéis	528	0
7.08.03.03	Outras	725	309
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.953	-19.776
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.953	-19.776

FIBAM

REFERÊNCIA EM FIXADORES

Release de Resultado 3T17

Última Cotação em
30/09/2017

FBMC4 - R\$ 3,70 por ação

Total de Ações: 726.514

FBMC3: 265.160

FBMC4: 461.354

Valor de Mercado
(30/09/2017):

R\$ 21.912,2 mil

US\$ 6.917,6 mil

São Bernardo do Campo, 13 de novembro de 2017 – A Fibam Cia Industrial – Em Recuperação Judicial (BM&FBOVESPA: FBMC3 e FBMC4), empresa líder na produção de fixadores especiais, anuncia os seus resultados financeiros relativos ao 3º trimestre de 2017 (3T17). As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e em milhares de Reais.

PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de outubro de 2014, mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de crédito, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

	3T17	2T17	Variação 3T17/2T17	3T16	Variação 3T17/3T16
Receita Operacional Líquida	10.172	12.782	(20,4%)	14.734	(31,0%)
Lucro Bruto	(4.631)	(4.049)	14,4%	(2.526)	83,3%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>(45,5%)</i>	<i>(31,7%)</i>	<i>(13,8) p.p.</i>	<i>(17,1%)</i>	<i>(28,4) p.p.</i>
Resultado Operacional (EBIT)*	(7.812)	(6.820)	14,5%	(6.029)	29,6%
<i>Margem Operacional (%)</i>	<i>(76,8%)</i>	<i>(53,4%)</i>	<i>(23,4) p.p.</i>	<i>(40,9%)</i>	<i>(35,9) p.p.</i>
(Prejuízo) Lucro Líquido	(9.537)	711	NA	(7.685)	24,1%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>(93,8%)</i>	<i>5,6%</i>	<i>(99,4) p.p.</i>	<i>(52,2%)</i>	<i>(41,6) p.p.</i>
EBITDA**	(7.183)	(6.174)	16,3%	(5.420)	32,5%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>(70,6%)</i>	<i>(48,3%)</i>	<i>(22,3) p.p.</i>	<i>(36,8%)</i>	<i>(33,8) p.p.</i>
Patrimônio Líquido	(48.178)	(38.641)	24,7%	(13.449)	NA
Dívida Líquida	12.174	11.086	9,8%	23.258	(47,7%)

** Lucro antes dos juros e impostos.

** Lucro antes dos impostos, juros, outras despesas e receitas operacionais, depreciação e amortização.

Contatos:

José Reinaldo Mindel

Telefone

(55 11) 2139-5323

Email

ri@fibam.com.br

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

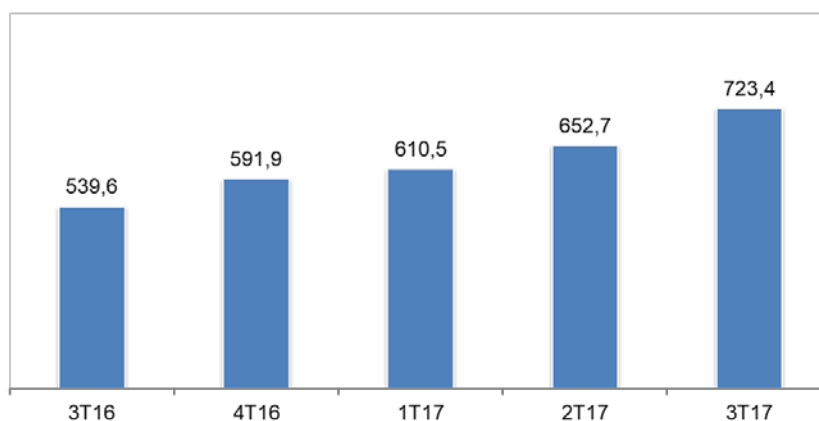
O cenário político brasileiro continuou agitado no terceiro trimestre de 2017 com o encaminhamento da segunda denúncia contra o Presidente da República à Câmara dos Deputados e, posteriormente, sua rejeição pela Casa. Com isso, há a expectativa de retomada da votação das reformas tributárias e previdenciárias, ainda que, com a aproximação das eleições do próximo ano, o foco do Congresso passe a ser a agenda eleitoral. Do lado econômico, ainda são tímidos os sinais de retomada da atividade. A manutenção de baixos níveis de inflação, com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice de inflação oficial, atingindo 2,54% no acumulado dos últimos 12 meses – patamar inferior ao piso da meta de 3% -, motivou a queda da taxa básica de juros para 7,5%.

Um dos setores de maior representatividade na economia brasileira, dada a dimensão de sua cadeia produtiva, o setor automotivo já trabalha com a perspectiva de crescimento de 25,2% na produção do ano, o que significa alcançar a marca de 2,7 milhões de veículos e, aos poucos, volta a contratar pessoal e suspender programas de redução de jornada de emprego para reforçar as linhas de produção. Dessa forma, as indústrias contrataram 1.107 funcionários em agosto e suspenderam programas de redução de jornada de 6.084 trabalhadores. Ainda assim, há 6.320 pessoas com jornadas e salários reduzidos ou em *lay-off* (contratos suspensos), quase metade do que havia em julho. Atualmente, as montadoras empregam 126,3 mil pessoas, próximo aos números do mesmo período de 2016.

O terceiro trimestre de 2017 registrou 723,4 mil veículos produzidos, alta de 10,8% na comparação com o trimestre anterior e 34,1% frente aos números do mesmo período do ano passado de acordo com os dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Somente em agosto, saíram das fábricas 260,3 mil veículos, o melhor resultado mensal desde novembro de 2014. Além disso, o desempenho das exportações de veículos automotores tem impactado diretamente o resultado da produção que, no ano, já acumula alta de 55,7% atingindo 566,3 mil unidades. Entretanto, ainda segundo informações da ANFAVEA, a postura é de cautela quanto à extensão da retomada do crescimento da indústria automobilística.

Na Fibam, o instrumento jurídico da recuperação judicial não alterou as atividades da Companhia que tem honrado os compromissos com empregados, fornecedores e clientes. A produção segue com a programação normal de acordo com a demanda, com a eficiência e qualidade com a qual sempre foi reconhecida. Continuamos direcionando esforços para a busca do aumento da eficiência operacional, revisando processos e reformulando as estruturas administrativas e produtivas com o objetivo de se adequar à situação econômica e setorial.

Produção total de veículos (mil unidades)



Fonte: Anfavea

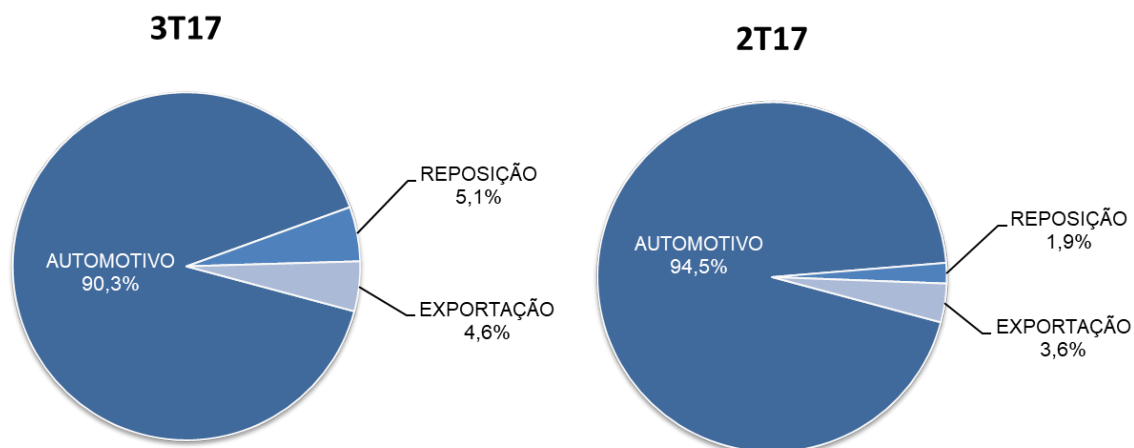
DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 14 de outubro de 2014, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de créditos, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

O ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial se deu exclusivamente em caráter preventivo e foi a alternativa encontrada pela Fibam face à escassez na oferta de crédito no mercado de capitais e a negativa de instituições para o rolamento de dívidas. A Companhia não possuía débitos ou sequer protestos de fornecedores ou atraso com empregados, à época da recuperação judicial. Aliado a um mercado altamente cadente, como demonstrado pelos números de produção de veículos e insistentemente comentado pela Companhia ao longo das últimas divulgações, sem contar com acesso a crédito a Companhia se viu obrigada a buscar uma alternativa que lhe proporcionasse o fôlego financeiro necessário para a continuidade do atendimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

Em 15 de dezembro de 2015 os credores da Companhia aprovaram na Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial, que tem como principais pontos: i) deságio de 40% sobre o total da dívida quirográfica; ii) carência de 20 meses; iii) 8 anos de pagamento após o vencimento da carência; iv) correção monetária de Taxa Referencial + 0,5% ao ano e v) pagamento em parcelas anuais fixas e pagamento periódico trimestral (PMT).

A Fibam mantém em atividade sua programação de produção normalmente, comprometida com a segurança de continuidade de fornecimento aos seus clientes. Seus produtos continuam com a qualidade demandada e certificada pelas principais montadoras presentes no País, seguindo os mais rigorosos padrões. É importante não deixar de reforçar que o instrumento jurídico da recuperação judicial não afetou e não tem afetado a rotina comercial ou produtiva, com a Companhia mantendo suas atividades da mesma forma que antes do pedido de recuperação judicial.



No terceiro trimestre de 2017, a representatividade do segmento automotivo totalizou 90,3% da receita líquida de vendas da Fibam, 4,2 p.p. abaixo do verificado no trimestre imediatamente anterior. Nesse sentido, no mesmo período de comparação, os segmentos de reposição e exportação aumentaram suas participações na receita da Companhia ao atingir 5,1% e 4,6%, avanço de 3,2 p.p. e 1,0 p.p., respectivamente.

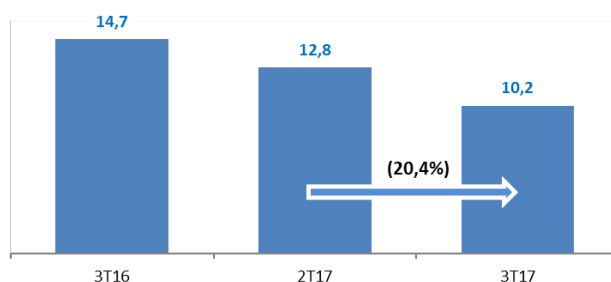
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A **receita operacional líquida** da Fibam somou R\$ 10,1 milhões no terceiro semestre de 2017, contração de 20,4% frente os R\$ 12,8 milhões auferidos no trimestre anterior. Quando comparado com o terceiro trimestre de 2016, período em que a receita da Companhia alcançou R\$ 14,7 milhões, a queda registrada atingiu 31,0%.

A receita não tem conseguido acompanhar a recuperação do mercado automotivo uma vez que tal recuperação está baseada no aumento da exportação de veículos e não no consumo doméstico. Nossos produtos foram desenvolvidos para os modelos com maior demanda interna e tais modelos ainda não mostraram recuperação. Além disso, a pressão nos custos somada com a restrição de crédito nos limita o acesso ao capital, assim como nossa capacidade de ampliar a produção nesse momento de transição da situação econômico-financeira da Companhia.

Receita Operacional Líquida (Em R\$ milhões)



Receita Operacional Líquida por Segmento

Volume de Vendas (em R\$ mil)	3T17	2T17	Var. % 3T17/2T17	3T16	Var. % 3T17/3T16
Receita operacional líquida	10.172	14.734	(31,0%)	12.782	(20,4%)
<i>AUTOMOTIVO</i>	9.186	13.688	(32,9%)	12.083	(24,0%)
<i>REPOSIÇÃO</i>	516	433	19,2%	242	113,2%
<i>EXPORTAÇÃO</i>	470	613	(23,3%)	457	2,8%

RESULTADO BRUTO E MARGEM BRUTA

O **custo dos produtos vendidos** (CPV) no terceiro trimestre de 2017 somou R\$ 14,8 milhões, montante 12,0% inferior ao registrado no 2T17 e 14,2% menor em relação ao mesmo período do ano anterior. Ainda que tenha apresentado redução na comparação entre trimestres, o custo dos produtos vendidos no 3T17 superou a receita líquida e, dessa maneira, o **resultado bruto** apresentado no trimestre foi negativo em R\$ 4,6 milhões, 14,4% e 83,3% pior do que o alcançado no 2T17 e 3T16, respectivamente.

Dado o resultado bruto do trimestre, a **margem bruta** da Companhia no 3T17 foi negativa em 45,5%, 13,8 p.p. inferior frente à margem negativa de 31,7% reportada no trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2016, quando foi negativo em 17,1%, o indicador apresentou redução de 28,4 p.p.

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

No terceiro trimestre de 2017, a Fibam registrou **despesas operacionais** de R\$ 4,1 milhões. Cabe mencionar que no 2T17 a Companhia reportou receita operacional de R\$ 6,4 milhões em função da entrada de recursos na linha Outras Receitas oriundos da conclusão de negociação de ativos alienados fiduciariamente antes do pedido de Recuperação Judicial da Fibam. Na comparação com o terceiro trimestre de 2016, quando reportou despesas de R\$ 3,5 milhões, o avanço foi de 18,8%.

Nesse sentido, as despesas com vendas atingiram R\$ 1,0 milhão no 3T17, aumento de 24,8% ante o 2T17 e recuo de 2,3% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. As despesas administrativas avançaram 6,6% frente ao trimestre anterior, ao somarem R\$ 1,8 milhão. Em relação ao 3T16, quando alcançou R\$ 2,0 milhões, houve queda de 11,2%. Já as despesas tributárias totalizaram R\$ 1,0 milhões no 3T17, recuo de 53,8% frente o registrado no trimestre anterior.

Em R\$ mil	3T17	2T17	Variação 3T17/2T17	3T16	Variação 3T17/3T16
(Despesas)/Receitas Operacionais	(4.166)	6.386	NA	(3.508)	18,8%
<i>(%) sobre a Receita Líquida</i>	<i>(41,0%)</i>	<i>50,0%</i>	NA	<i>(23,8%)</i>	<i>17,2 p.p.</i>

*Considerando despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas.

RESULTADO OPERACIONAL - EBIT

A Companhia gerou **Ebit** negativo de R\$ 7,8 milhões no terceiro trimestre de 2017, montante 14,5% pior do que os R\$ 6,8 milhões registrados no trimestre anterior. Na comparação com os R\$ 6,0 milhões negativos do 3T16 o valor foi 29,6% maior.

EBITDA

O **Ebitda** da Fibam no terceiro trimestre de 2017 foi negativo em R\$ 7,2 milhões, o que evidencia um recuo de 16,3% frente o resultado negativo de R\$ 6,2 milhões do 2T17. Em relação aos R\$ 5,4 milhões negativos do terceiro trimestre de 2016 houve retração de 32,5%. Dessa forma, a margem Ebtida registrada no 3T17 foi negativa em 70,6%, queda de 22,3 p.p. frente margem de 48,3% alcançada no trimestre imediatamente anterior e 33,8 p.p. inferior a margem de 36,8% reportada no mesmo período de 2016.

A geração de caixa e rentabilidade da Companhia continua sendo afetada pela pressão nos custos de matéria-prima e de mão de obra.

Em R\$ mil	3T17	2T17	Var. % 3T17/2T17	3T16	Var. % 3T17/3T16
(Prejuízo) Lucro do Período	(9.537)	711	NA	(7.685)	24,1%
Resultado financeiro líquido	740	1.626	(54,5%)	1.651	(55,2%)
IR/CSLL	-	-	-	-	-
Depreciações/amortizações	629	646	(2,6%)	609	3,3%
Outras despesas/receitas operacionais	-	(11.486)	NA	(11)	NA
Juros/Encargos sobre REFIS/PAEX	985	2.329	(57,7%)	16	NA
EBITDA	(7.183)	(6.174)	16,3%	(5.420)	32,5%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>(70,6%)</i>	<i>(48,3%)</i>	<i>22,3 p.p.</i>	<i>(36,8%)</i>	<i>33,8 p.p.</i>

RESULTADO FINANCEIRO

No terceiro trimestre de 2017, a Companhia alcançou **resultado financeiro** líquido negativo de R\$ 0,7 milhão, redução de 54,5% em relação aos R\$ 1,6 milhão negativos do 2T17 e 55,2% inferior aos R\$ 1,6 milhão do 3T16. O resultado é proveniente de menores despesas financeiras incorridas no 3T17.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

A Fibam reportou prejuízo líquido de R\$ 9,5 milhões, revertendo o lucro alcançado no trimestre anterior. Como mencionado anteriormente, o resultado no 2T17 foi impactado positivamente por receitas não recorrentes. Na comparação com o terceiro trimestre de 2016, quando somou R\$ 7,7 milhões de prejuízo líquido, o recuo foi de 24,1%.

FIBAM
 REFERÊNCIA EM FIXADORES

 Release de
 Resultado **3T17**

Em R\$ mil	3T17	2T17	Varição 3T17/2T17	3T16	Varição 3T17/3T16
(Prejuízo) Lucro Líquido	(9.537)	711	NA	(7.685)	24,1%
<i>Total de Ações</i>	726.514	726.514	-	726.514	-
(Prejuízo) Lucro por Ação (em R\$)	(13,1271)	0,9786	NA	(10,5779)	24,1%
Valor Patrimonial por Ação (em R\$)	(66,3139)	(53,1874)	24,7%	(18,5117)	NA

ENDIVIDAMENTO

Ao final do período encerrado, em 30 de setembro de 2017, a dívida líquida somou R\$ 12,1 milhões, 9,8% acima do trimestre anterior e 47,7% abaixo do registrado no mesmo período de 2016. A redução corresponde a amortização de dívida bancária ocorrida no segundo trimestre de 2017, após a conclusão da negociação de ativos alienados fiduciariamente em data anterior ao pedido de Recuperação Judicial da Companhia.

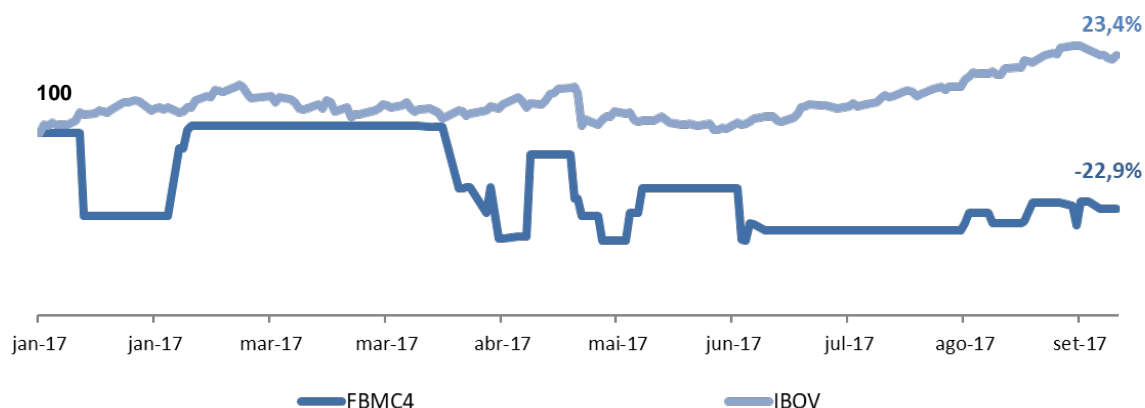
MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de setembro de 2017, a cotação da ação preferencial (FBMC4) foi de R\$ 3,70, queda de 22,9% frente à cotação registrada ao final de dezembro de 2016, de R\$ 4,80. No mesmo período de comparação, o Ibovespa registrou valorização de 23,4%.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações preferenciais da Fibam em comparação com o Ibovespa:

Desempenho da ação

(Base 100 em 30/09/2017)



Fonte: Uol Economia

**FIBAM**
REFERÊNCIA EM FIXADORESRelease de
Resultado **3T17**

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O valor de mercado, em 30 de setembro de 2017, era de R\$ 21,9 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4). Assim, a estrutura societária ficou dividida da seguinte maneira: (i) 51,35% de participação da família Paperini; (ii) 7,90% de participação do Sr. José Claudio Marinho da Nóbrega; (iii) 7,01% do Sr. Pedro Henrique Ribeiro Novaes; (iv) 5,55% de participação do Sr. Norio Suzaki; e (v) 28,19% de participação de outros acionistas.

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30/09/2017		30/09/2016	
CIRCULANTE	16.135	26.356		
Caixa e Equivalentes de Caixa	155	51		
Clientes Nacionais	4.290	3.403		
Clientes no Exterior	357	526		
Impostos a Compensar/Recuperar	199	207		
Contas a Receber	1.141	976		
Estoques	8.055	18.472		
Despesas Antecipadas	35	818		
Provisão p/Recuperação Judicial	1.903	1.903		
NÃO CIRCULANTE	30.649	36.080		
Depósitos Judiciais	38	38		
Outros Créditos	20.446	20.446		
Imobilizado	10.165	15.596		
TOTAL DO ATIVO	46.784	62.436		

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2017		30/09/2016	
CIRCULANTE	41.118	24.164		
Fornecedores Nacionais	3.293	2.967		
Fornecedores no Exterior	388	27		
Instituições Financeiras	8.942	8.847		
Impostos a Recolher	5.287	3.574		
Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar	17.305	6.386		
Contas a Pagar	5.773	2.233		
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	130	130		
NÃO CIRCULANTE	53.844	51.721		
Instituições Financeiras	3.387	14.462		
Parcel. de Tributos Federais Estaduais e Previdenciários	45.391	30.684		
Fornecedores Nacionais	3.830	5.293		
Outras Responsabilidades a Vencer	1.236	1.282		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(48.178)	(13.449)		
Capital Social	23.749	23.749		
Reserva de Reavaliação	-	1.081		
Prejuízos Acumulados	(53.974)	(18.503)		
Prejuízo do Período	(17.953)	(19.776)		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.784	62.436		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	3T17	2T17	Var. % 3T17/2T17	3T16	Var. % 3T17/3T16
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.172	12.782	(20,4%)	14.734	(31,0%)
Custo dos Produtos Vendidos	(14.803)	(16.831)	(12,0%)	(17.260)	(14,2%)
LUCRO BRUTO	(4.631)	(4.049)	(14,4%)	(2.526)	(83,3%)
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	(4.166)	6.386	NA	(3.508)	18,8%
Vendas	(1.026)	(822)	24,8%	(1.050)	(2,3%)
Administrativas	(1.849)	(1.734)	6,6%	(2.082)	(11,2%)
Honorários dos Administradores	(215)	(215)	-	(288)	(25,3%)
Despesas Tributárias	(1.076)	(2.329)	(53,8%)	(99)	NA
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	11.486	NA	11	NA
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(8.797)	2.337	NA	(6.034)	(45,8%)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Despesas Financeiras	(754)	(1.677)	(55,0%)	(1.665)	(54,7%)
Receitas Financeiras	14	51	(72,5%)	14	-
Resultado Financeiro Líquido	(740)	(1.626)	54,5%	(1.651)	55,2%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(9.537)	711	NA	(7.685)	(24,1%)
LUCRO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	(9.537)	711	NA	(7.685)	(24,1%)

*Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	3T17	2T17	3T16
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
(Prejuízo) / Lucro do Trimestre	(9.537)	711	(7.685)
Ajustes para conciliar o prejuízo do trimestre com recursos			
Gerados das (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciações do Imobilizado	629	646	609
Perda (Ganho) na Alienação de Imobilizado	-	(11.486)	-
Apropriação de Juros sobre Financiamentos	-	533	677
	(8.908)	(9.596)	(6.399)
Duplicatas a Receber	(285)	826	(28)
Contas a Receber	(106)	(55)	6
Estoques	2.612	3.063	1.180
Impostos a Recuperar	2	6	5
Outros	21	19	(738)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais			
Fornecedores	(683)	(265)	502
Impostos a Pagar	3.322	1.129	2.925
Contas a Pagar	392	1.534	346
	(3.633)	(3.339)	(2.201)
CAIXA GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.633)	(3.339)	(2.201)
Juros Pagos sobre Financiamentos	307	811	972
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.326)	(2.528)	(1.229)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(24)
Valor de Venda de Ativos	-	14.363	-
	-	14.363	(24)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	14.363	(24)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Captação de Empréstimos e Financiamentos	598	2.980	3.001
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(1.252)	(16.353)	(3.938)
Redução de Juros Provisionados a Maior	-	-	-
Parcelamento de Impostos	2.544	3.019	1.938
	1.890	(10.354)	1.001
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.890	(10.354)	1.001
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(1.436)	1.481	(252)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.591	110	303
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	155	1.591	51
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(1.436)	1.481	(252)

Notas Explicativas

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em Recuperação Judicial

C.N.P.J. (MF) 61.410.395/0001-95

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos.

Com atuação bastante heterogênea, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.

Em 14 de outubro de 2014 mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, cujo pedido foi deferido em 13 de novembro de 2014 conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Em 14 de janeiro de 2015 a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. O Plano foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 15 de dezembro de 2015, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações, decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nos últimos períodos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para os períodos findos em 30/09/2017 e 31/12/2016 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/76, com as alterações constantes nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos bens,

Notas Explicativas

análise de risco para determinação da estimativa de perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. Não ocorreram alterações durante o período findo em 30/09/2017 em relação às práticas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras publicadas, por ocasião do encerramento do exercício de 31/12/2016.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor, sendo ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos. São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de novembro de 2017.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2017 da Companhia foram elaboradas em conformidade com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1). As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, saldo de contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata demonstrada ao custo e acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem.

Notas Explicativas

- Empréstimos e financiamentos: Os créditos concursais e não concursais encontram-se detalhados na Nota Explicativa 8.
- A Companhia informa que não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A Companhia entende que, com base na aprovação da Recuperação Judicial através da Assembleia de Credores ocorrida em 15/12/2015, os riscos financeiros foram mitigados satisfatoriamente, face a repactuação dos prazos, bem como do deságio obtido, conforme nota explicativa 13.

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber. A administração da Companhia considera esse risco pequeno dado o perfil dos clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e segunda linha e não ter concentração desses investimentos em um único grupo econômico.

ii) Risco de obtenção de crédito

Com base no cenário econômico a Companhia se deparou com dificuldades na obtenção de crédito para financiamento do seu capital de giro, fato que forçou a Companhia a solicitar o Pedido de Recuperação Judicial em 14/10/2014. Com base na aprovação da Recuperação Judicial na Assembleia de Credores realizada em 15/12/2015, as dificuldades na obtenção de crédito encontram-se saneadas junto aos seus principais credores e fornecedores, garantido desta forma sua continuidade operacional. Com base na parceria estabelecida por varias décadas com fornecedores de matérias primas, não ocorreu descontinuidade de fornecimento, mesmo enquanto se encontrava pendente de aprovação o pedido de recuperação judicial.

Notas Explicativas

iii) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

iiii) Riscos de mercado:

Risco com taxa de juros: O risco associado à possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros foi mitigado com base no pactuado na Assembleia de Credores com seus fornecedores e credores bancários quirografários, lastreando seus encargos financeiros à correção pela Taxa Referencial (TR) acrescida de 0,50% ao mês, sendo com os demais credores, os valores repactuados sem incremento na cobrança de encargos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa 13, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de equipamentos. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía obrigações irrelevantes em moeda estrangeira.

d) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos captados em moeda nacional), exceto quanto às dívidas incluídas no plano de recuperação judicial, que estão sujeitas a deságio, carências e correção pela poupança, conforme Nota Explicativa 13.

Por ocasião da aprovação do plano de recuperação judicial em 15/12/2015, a Companhia optou por não utilizar taxas de juros projetadas, sendo que a projeção de cenários que trata a CVM, por meio da Instrução nº 475/08 será aplicada no decorrer do exercício de 2017.

Notas Explicativas

e) **Clientes e fornecedores de curto prazo**

Os resultados das análises de prazos e valores para clientes demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente. Com base nos prazos, carências e correção dos valores, bem como no critério de amortização dos passivos, a Companhia entende que os valores devidos a fornecedores que se encontravam em recuperação judicial não são passíveis de ajustes ao valor presente.

f) **Impostos a compensar/recuperar**

Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado.

g) **Estoques**

É avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, inferiores aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização. No caso dos estoques acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluído custos de empréstimos. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização ajustando o valor contábil. A Fibam não possui estoques oferecidos em garantia ou alienado a passivos financeiros. (Vide nota explicativa 5).

h) **Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Fibam, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Fibam transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Fibam não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Fibam;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Notas Explicativas

i) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de clientes são determinadas em função de prazos de recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores. Os passivos de longo prazo estão atualizados monetariamente até 30/09/2017.

j) **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil econômica dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída estimativa para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Desde o exercício de 2.009 a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil econômica estimada dos bens.

k) **Instituições financeiras**

Detalhamento mencionado na nota explicativa 8.

l) **Férias e encargos sociais a pagar**

Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 30/09/2017 incluindo os correspondentes encargos sociais.

n) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

o) **Remuneração dos Administradores**

Os administradores são Diretores, sendo o impacto no resultado do período de R\$ 215 mil, conforme DVA e Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

5. ESTOQUES

Contas	30/09/2017	31/12/2016
Produtos Acabados	3.175	3.616
Produtos em Processo	1.220	9.251
Matéria Prima	550	972
Materiais de Consumo	953	987
Ferramentas	2.057	2.096
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	100	95
Total	8.055	17.017

A Companhia não possui estoques correntes oferecidos em garantia nas operações financeiras.

6. OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

Contas	30/09/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais	38	38
Outros Créditos (*)	20.446	20.446
Total	20.484	20.484

(*) Valores correspondentes a direitos creditórios adquiridos pela Companhia para pagamento/garantia de tributos contestados judicialmente, na sua quase totalidade, Impostos e Contribuições (Imposto de Renda, Adicional de I.R. Estadual sobre antecipações, FINSOCIAL, Contribuição Social, IOF sobre importações, ICMS sobre importações e antecipações de pagamento do IPI, entre outros) e encargos financeiros incidentes sobre os mesmos. Tais créditos não foram aceitos nos juízos como pagamento/garantia das ações fiscais. Por esta razão, em 2008, foi transferido da conta “Depósitos Judiciais” para a rubrica “Outros Créditos”, no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 20.446 mil. Em decorrência do fato, a Companhia aderiu aos processos de parcelamentos de impostos e contribuições no período de 2006 a 2008.

O valor de aquisição dos direitos creditórios é registrado pelo valor pago de R\$ 9.136 mil, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2002. O montante correspondente ao valor total dos direitos creditórios, atualizado até setembro de 2017, calculado pelos assessores jurídicos, é de R\$ 186.794 mil, cuja realização desse montante depende do desfecho final do Processo em andamento na 2ª Vara Cível, do Fórum Central da Comarca de São Paulo, que tem por objeto a nulidade de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e pedido de ressarcimento dos valores pagos pela compra de títulos caucionados nas execuções fiscais no período de 1996 a 1999. Até fevereiro de 2009, a Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 112.076 mil, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o saldo contábil no montante de R\$ 20.446 mil em 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas**7. IMOBILIZADO**

Contas	Tx. Anual Média ponderada	30/09/2017			31/12/2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos (*)	-	-	-	-	1.242
Edificações	-	-	-	-	1.669
Máquinas e Equipamentos	9,11%	57.337	(47.375)	9.962	11.650
Móveis e Utensílios	9,77%	699	(642)	57	72
Veículos	9,65%	445	(425)	20	24
Equip. Informática/Software	19,95%	3.145	(3.019)	126	168
Total		61.626	(51.461)	10.165	14.825

(*) A conta de Terrenos inclui reavaliação (ajuste de avaliação patrimonial) no montante de R\$ 1.081 mil (vide nota 12), baixado nesse semestre, conforme comentado a seguir.

Conforme Fato Relevante divulgado em 02/08/17, a Companhia informou que foi concluída a negociação para a liquidação do empréstimo mantido com o Banco Tricury, através da efetiva transmissão de bens imóveis (terrenos e edificações), de propriedade da Companhia, com previsão de direito de recompra no prazo de 36 (trinta e seis) meses, imóveis estes que já haviam sido alienados fiduciariamente ao referido Banco em data anterior ao pedido da recuperação judicial.

A Companhia possui bens de seu ativo imobilizado em garantia para empréstimos e financiamentos (vide nota 8).

Mutação do Imobilizado 3T17/2016								
	Terrenos	Edificações	Máq./ Equip	Móv./ Utens.	Veículos	Equip. Inf./ Software	Bens/ Direitos	Saldo
Saldos em 31/12/2015	1.242	1.614	13.905	92	29	232	250	17.364
Adições	-	119	202	-	-	4	-	325
Ajuste IFRS	-	8	-	-	-	-	-	8
Baixas	-	-	-	-	-	-	(250)	(250)
Depreciação	-	(72)	(2.457)	(20)	(5)	(68)	-	(2.622)
Saldos em 31/12/2016	1.242	1.669	11.650	72	24	168	-	14.825
Adições	-	-	139	-	-	-	-	139
Baixas	(1.242)	(1.669)	(511)	-	-	-	-	(3.422)
Depreciação	-	-	(1.316)	(15)	(4)	(42)	-	(1.377)
Saldos em 30/09/2017	-	-	9.962	57	20	126	-	10.165

Notas Explicativas**8. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Instituição Financeira	Moeda	Indexador	30/09/2017			Venc. Final	Forma de Pagto.
			Circulante	Não Circulante	Total		
Banco do Brasil Capital de Giro (a) *	R\$	CDI	6.292	-	6.292	dez/17	Mensal
Banco Tricury S/A	R\$	CDI	2.030	-	2.030	jan/18	Mensal
FIDC Exodus	R\$	Fixo	-	-	-	Jul/17	Mensal
Banco Sofisa - Conta Garantida	R\$	CDI	2.500	-	2.500	Set/17	Mensal
Brasil Distressed	R\$	Fixo	131	-	131	Dez/17	Mensal
Banco Bradesco (a) *	USD	Libor	270	-	270	jan/18	Trimestral
Banco Rendimento	R\$	Fixo	299	-	299	Jul/17	Mensal
Quirografários – Bancos (b) *			-	3.387	3.387		(b)
Redução de Juros Provisionados a Maior			(2.580)	-	(2.580)		
Totais			8.942	3.387	12.329		

* Acordos em andamento

(a) Os valores foram repactuados uma vez que possuem garantia real. Tem como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas. As garantias dos financiamentos de capital de giro compõem-se de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado no valor contábil líquido de 4.041 mil em 30/09/2017.

(b) Valores concursais, classificados como Credores Quirografários, cujos valores são líquidos de deságio, acrescidos de correção, conforme Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015.

Os financiamentos e empréstimos têm como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

9. TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS

	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total 30/09/2017	31/12/2016
PAEX – PIS/COFINS/IPI e INSS	7.147	23.440	30.587	24.836
OUTROS	2.782	-	2.782	1.527
PPI – ICMS	280	10.757	11.037	9.210
ICMS-PEP CP	1.616	3.575	5.191	5.100
CORREÇÃO DO PERÍODO	-	7.619	7.619	5.308
TOTAL	11.825	45.391	57.216	45.982

A Companhia possui valores de tributos federais e previdenciários (REFIS) e estaduais (PPI-ICMS/SP) em aberto desde 10/2014. Com base no entendimento dos Assessores Tributários ingressará novo pedido de parcelamento.

Notas Explicativas

10. PROVISÕES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Férias e 13º salários a pagar (a)	<u>2.897</u>	<u>2.051</u>
Contas a pagar	<u>5.773</u>	<u>3.949</u>
Fretes e outros	365	432
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros e outras)	5.050	2.769
Débitos de Cessão de Crédito (b)	358	748
TOTAL	8.670	6.000

(a) Valores incluídos em Obrigações Trabalhistas e Encargos a pagar em 30/09/2017.

(b) Valores decorrentes da Assunção de Dívidas, pactuado em 12/2014, devidamente acrescidos dos encargos pactuados em contrato.

11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Administração da Companhia e seus consultores jurídicos divulgam para fins de atendimento às normas contábeis, que possui contingência decorrente de processos trabalhistas, com perda considerada “possível”, de aproximadamente R\$ 2.700 mil, não existindo até a presente data contingências trabalhistas com probabilidade de perda provável.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital integralizado em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 23.749 mil, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial (antiga Reserva de Reavaliação):

A Companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização. No trimestre findo em 30/06/17 houve a realização dessa reserva, conforme comentado na nota explicativa 7.

c) Lucro (Prejuízo) por ação (básico e diluído):

	30/09/2017	30/09/2016
Prejuízo do período para as ações ordinárias e preferenciais – R\$ mil	(9.537)	(7.685)
Ações ordinárias e preferenciais	726.514	726.514
Prejuízo por ação – R\$ 1,00	(13,13)	(10,58)

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível às ações da Companhia.

Notas Explicativas

Durante o exercício não houve emissão de novas ações, portanto não foram pagos quaisquer prêmios sob este pretexto.

A Companhia não detém nenhum tipo de ação em tesouraria. Também não possui participações; nem é Controlada por outras Companhias, portanto não existem parcelas de lucro a serem atribuídas a acionistas controladores.

- Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

13. APROVAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado no item “1 - Contexto Operacional”, a Companhia obteve aprovação do Pedido de Recuperação Judicial na Assembléia de Credores em 15/12/2015, pela maioria dos credores inscritos no Pedido de Recuperação Judicial, sendo homologada através da decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016, onde ficaram acordados os seguintes termos para as classes de credores abaixo:

Classe	Categoria	Início Pagtos.	Correção	Amortiz.	Quant. Parc.	Deságio
Quirografário	Aço – Especial	ago-16	TR + 0,5%	Mensal	41	-
Quirografário	Bancos	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Fornecedores	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Micro Empresa - EPP	fev-16	TR + 0,5%	Mensal	1	-

14. COBERTURA DE SEGUROS

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em 30 de setembro de 2017 por montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

15. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S), emitido em 30 de outubro de 2017 e com as informações relativas ao período findo em 30 de setembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial

SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Os impostos e contribuições federais e estaduais descritos na nota explicativa 9 não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados dos programas REFIS e PPI-ICMS-SP. Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará possíveis créditos tributários identificados, oriundos de pagamentos já realizados, para ingresso de novo pedido de parcelamento, cujo levantamento não foi finalizado até o término dos trabalhos de auditoria.

Dessa forma, não foi possível concluir quanto à adequação dos saldos apresentados que possam modificar as demonstrações contábeis para o trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos eventuais ajustes que poderiam ser feitos nas informações intermediárias, conforme mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, a Companhia encontra-se em processo de recuperação judicial, cujo pedido foi homologado pelo Juízo de Recuperação, em decisão proferida em 19 de fevereiro de 2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de fevereiro de 2016.

Conforme comentado na nota explicativa 1, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nesse período e de exercícios anteriores, e como consequência gerando patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).

As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia.

Outros assuntos

a) Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

b) Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nos auditados e revisados, cujos relatórios foram emitidos com data de 03 de março de 2017 e 04 de novembro de 2016, respectivamente. No Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/16, conteve modificação de opinião em relação aos seguintes assuntos: a) falta de recebimento das respostas de circularização de bancos, cujos procedimentos de confirmação dos registros contábeis relacionados, se limitaram aos controles internos da Companhia; b) Os impostos e contribuições federais e estaduais não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados (REFIS e PPI-ICMS-SP). Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração, é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará inclusive a identificação de possíveis créditos tributários oriundos de pagamentos já realizados para ingresso de novos pedidos de parcelamentos, levantamento este que não foi realizado até o término dos trabalhos de auditoria.

Constou, ainda, nesse relatório, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

No Relatório de Revisão de Informações Intermediárias de 30 de setembro 2016, foi emitido com a mesma ressalva descrita no parágrafo Base para conclusão com ressalva, constando, ainda, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

São Paulo, 06 de Novembro de 2017.

JPPS Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 023.001/O-0

Paulo Sergio Sangiorgio

Contador CRC 1SP 085.108/O-0